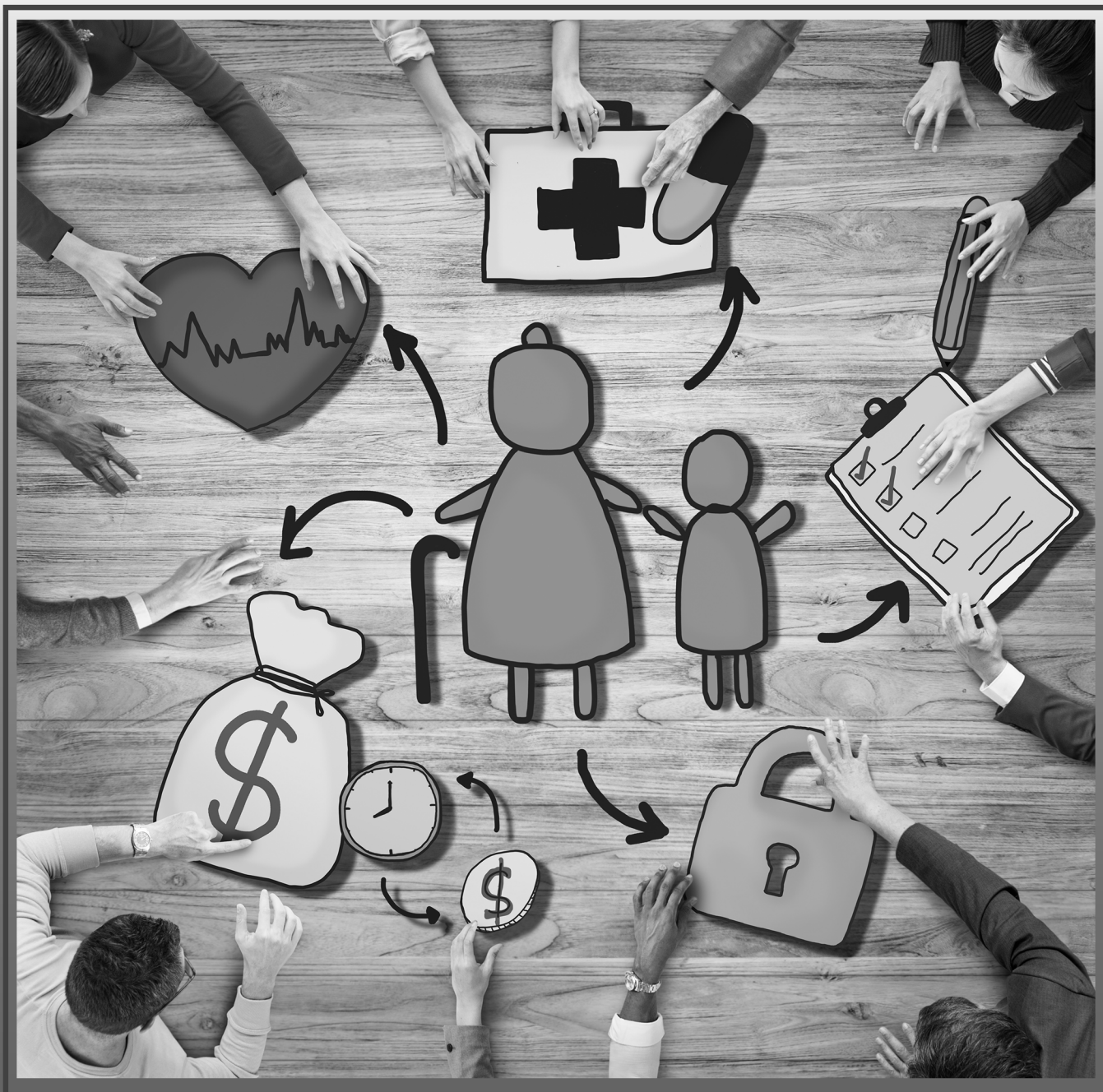




Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no
serviço social
2**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P963 Processos de subjetivação no serviço social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-232-6

DOI 10.22533/at.ed.326202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS	
Rodrigo de Souza Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3262029071	
CAPÍTULO 2	12
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO	
Noêmia de Fátima Silva Lopes	
Clarice do Carmo Santos Souza	
Déborah Martins Soares	
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
Sabrina Dias Fonseca Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3262029072	
CAPÍTULO 3	23
POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Thiago Bazi Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.3262029073	
CAPÍTULO 4	36
DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
Verônica Gonçalves Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.3262029074	
CAPÍTULO 5	47
PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	
Josicleide de Oliveira Freire	
Edjane Aragão Dias de Goes	
Jadna dos Santos Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3262029075	
CAPÍTULO 6	58
A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	
Cintia Maria da Silva	
Verônica Maria do Nascimento Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3262029076	
CAPÍTULO 7	69
AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
Tatiana de Lima Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3262029077	

CAPÍTULO 8	80
O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz	
Maria Terezinha da Silva	
Leylla Magna dos Santos Residente	
Samantha Freitas Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.3262029078	
CAPÍTULO 9	89
FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO	
Cláudia Regina Paese	
DOI 10.22533/at.ed.3262029079	
CAPÍTULO 10	98
PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO	
Milene Lúcia Santos	
Andreia Agda Silva Honorato	
John dos Santos da Silva	
Maria Cristina Campos da Silva	
Maurício da Silva Santos	
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes	
Rosineide Alves de Amarin	
DOI 10.22533/at.ed.32620290710	
CAPÍTULO 11	109
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL	
Jodeylson Islony de Lima Tomascheski	
DOI 10.22533/at.ed.32620290711	
CAPÍTULO 12	118
TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS	
Nívia Barreto dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290712	
CAPÍTULO 13	130
AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Sueli do Nascimento	
Julia Marinho Moreira da Silva	
Vanessa Miranda Soares	
Thais Carpinter de Souza	
Luzineth Corrêa da Silva Carvalho	
Caroline de Carvalho Pinto	
Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto	
Patrícia Bonfante Soares Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.32620290713	

CAPÍTULO 14	140
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA's)	
Jodeylson Islony de Lima Tomaszewski	
Ana Cleide Ferreira de Souza	
Francisca Fabiana Lima	
DOI 10.22533/at.ed.32620290714	
CAPÍTULO 15	152
O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP	
Gisleane Silva de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.32620290715	
CAPÍTULO 16	164
O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL	
Brenda Gonçalves de Sales Costa	
Conceição Rodrigues Teodózio	
Daiana de Melo Barros	
Elayne Cristina da Costa Ferreira	
Ana Beatriz Araújo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32620290716	
CAPÍTULO 17	171
O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICISA/UFPA	
Ana Maria Pires Mendes	
Ana Paula Dias Martins	
Alexandre Fellipe A. dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290717	
CAPÍTULO 18	179
A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS Pcds EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO	
Eracele do Carmo Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.32620290718	
SOBRE A ORGANIZADORA	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 03/04/2020

Pollyanna de Souza Carvalho

Mestranda em Serviço Social (ESS/UFRJ) e
Bacharel em Serviço Social (UFF/Campos-RJ)
Campos dos Goytacazes/RJ
<http://lattes.cnpq.br/4621235022753961>

Letícia Machado de Araujo

Bacharel em Serviço Social (UFF/Campos-RJ)
Campos dos Goytacazes/RJ
<http://lattes.cnpq.br/7702367963184964>

Verônica Gonçalves Azeredo

Doutora em Política Social (UFF/Niterói) e
Professora do Departamento de Serviço Social
(UFF/Campos-RJ)
Campos dos Goytacazes/RJ
<http://lattes.cnpq.br/5752123675495665>

RESUMO: A finalidade do trabalho é tecer considerações a respeito da formação e trabalho dos assistentes sociais em um cenário onde o neoconservadorismo incide sobre a perspectiva de princípios religiosos e ético-políticos. Tal discussão dialoga com pesquisas realizadas em diversos estados do país, seguidas pelo eixo religião e serviço social, cujos sujeitos analisados foram estudantes e

profissionais da área. A aproximação com a temática aponta para as experiências de cunho religioso e a forma como estas impactam as divergentes esferas de atuação profissional e o quanto tais vivências tendem a corroborar para a manutenção de ações e práticas revestidas de conservadorismo.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social; Trabalho; Projeto ético-político; Religião.

RELIGIOUS AND ETHICAL-POLITICAL DIMENSION IN FORMATION AND PROFESSIONAL WORK IN THE 21ST CENTURY: THEMES FOR SOCIAL WORK

ABSTRACT: The objective is to make considerations about the formation and work of social workers in a context where neoconservatism focuses on the perspective of religious and ethical-political principles. To this end, sources of research carried out in several states of the country were explored, cut by the religion and social service axis, whose investigated subjects were students or professionals in the area. The approach to this topic points to the religious experiences and how they impact the different spheres of professional activity and how much these experiences tend to corroborate for the maintenance of conservative

practices and practices.

KEYWORDS: Social Worker; Job; Ethical-political project; Religion.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão apresentada se destina a analisar e problematizar a dimensão religiosa e ético-política que atravessam o perfil de acadêmicos de Serviço Social e assistentes sociais nos mais diversos espaços socio-ocupacionais, sem desconsiderar a variável de gênero. A finalidade desse trabalho é tecer alguns fatores que proporcionem indagações sobre como é possível associar o moralismo religioso com os princípios ético-políticos da profissão.

Para tal proposta, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica, como procedimento metodológico, investigando teorias e pesquisas realizadas no território brasileiro, delimitadas pelo eixo religioso, cultural e ético-político no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que os entrevistados se constituíram em assistentes sociais e estudantes da área. Dessa forma, tais pesquisas e discussões foram dirigidas por Abreu (2011), Barroco e Terra (2012), Dutra (2015), Faleiros (1985), Maia e Silva (2011), Neris (2008), Netto (1996; 1999), Portella (2006), Rosendahl (2005), Santana e Matos (2015), Silva (2007) e Simões (2007; 2008; 2009). Alinhado a esse procedimento metodológico, constitui fonte importante a pesquisa sobre perfil profissional de assistentes sociais, realizada pelo CFESS (2005).

Destaca-se que as contribuições socializadas são frutos da pesquisa intitulada “Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: determinações sócio-políticas e culturais” (2017 a 2018), sendo um sub-projeto que integrou o projeto “Guarda-chuva” autenticado “Mercado de Trabalho e Espaços Sociocupacionais do Serviço Social nas regiões Norte e Noroeste Fluminense”, com fomento da FAPERJ. Refere-se a uma experiência de colaboração entre grupos de pesquisa da UFF-ESR, com parceira do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do Programa de Estudos pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Que essas reflexões possam auxiliar àqueles que desejam se dedicar e se aproximar da temática em tela.

2 | DESENVOLVIMENTO

Ao debruçar-se sobre a religiosidade na contemporaneidade, Maia e Silva (2011, p. 2851) apontam que, após os últimos anos do século XX, emergiram uma sucessão de acontecimentos que desencadearam alterações significativas no Brasil, no que tange à área social, política, cultural e religiosa. Isto é, apareceram eventos que perpassaram tanto pelo período militar ditatorial quanto pela revolução de cunho sexual, acarretando

novos valores, crenças e condutas para os sujeitos sociais, culminando, também, em transformações para os indivíduos e a sociedade.

Em relação ao âmbito religioso, os eventos perpetraram-se pela “dança” ou “trânsito” de parcelas de convertidos às igrejas e pelos novos atos religiosos nas Igrejas de caráter tradicional e/ou de missão, originárias das Igrejas Pentecostais. Neste universo, a religião se comportaria como o porto seguro, a esperança de novas oportunidades e caminhos, sobretudo de antecipar o dia seguinte, já que nada poderia acontecer sem o saber e determinação de Deus. Assim, a procura e a participação em Instituições Religiosas que celebravam os sentimentos e emoção transfigurara o caminho a ser percorrido por muitas pessoas (MAIA; SILVA, 2011).

As referidas autoras evidenciam que os sujeitos sociais têm procurado satisfazer suas necessidades materiais e espirituais num quadro de fragilização das relações sociais e afetivas, corroborada pelo rápido processo de modernização, que passa a garantir a exclusividade ao individualismo e a competição entre os indivíduos. Soma-se a esses fatores, a noção de que a modernidade tem ocasionado insegurança na vida das pessoas, culminando numa instabilidade interna e externa, no tocante aos arrependimentos, desemprego e problemas físicos e/ou mentais (MAIA; SILVA, 2011, p. 2854-2855).

Portella (2006) pondera, nessa perspectiva, que, dentro de um espaço religioso, existem especialistas que detêm o monopólio da construção do discurso e de doutrina, o que se constitui em verdadeiro e normativo. Dessa forma, ocorre a institucionalização da legalidade do discurso, que é canalizado pelo grupo de especialistas, alienando os sujeitos sociais leigos de legitimidade em seu discurso.

Nesse ângulo, a religião se comporta como “um feixe de signos de linguagem que vem a construir um determinado imaginário de mundo com seus sentidos” (PORTELLA, 2006, p. 568).

A essa leitura, Bourdieu (2004 apud NERIS, 2008, p. 11) acrescenta que é importante não somente a natureza da mensagem religiosa para os indivíduos, mas a sua habilidade de satisfazer uma demanda específica, quer seja religiosa e/ou ideológica. Igualmente para o pensador, quando se relaciona o âmbito religioso com a formação social, revela-se que a ordem dos sistemas de representações e hábitos religiosos inclinam-se à função de um canal de imposição e legitimação da dominação (BOURDIEU, 2001, p. 94 apud NERIS, 2008, p. 11).

Destarte, a instituição religiosa, a partir de uma ação homogeneizante, empenha-se em produzir nos leigos um habitus religioso que corrobore na assimilação, básica que seja, da produção de cunho oficial. Nesse contexto, a título de exemplo, a religiosidade popular brasileira (re)interpreta discursos oficiais, se apropriando em uso próprios dos mesmos, modificando-os em seu interior e lhes oferecendo uma nova moldagem, sentidos e significados (PORTELLA, 2006, p. 573).

Através desses elementos, cabe indagar: por que interessa-nos conhecer como

esse moralismo religioso difundido na sociedade brasileira interpela o perfil de assistentes sociais e acadêmicos da área?

Primeiramente, é possível inferir que, por mais que um segmento possa influenciar condutas e comportamentos, o uso que se implementa dos discursos e doutrinas da instituição de caráter religiosa é sempre uma utilização particular dirigida pelas necessidades e vivências dos indivíduos. Cabe destacar, também, que as pessoas habitualmente estão submetidas a um espaço religioso por meio de sua liberdade e não de uma dominação cega (PORTELLA, 2006, p. 575-576).

Comprometida com essa discussão, Rosendahl (2005), ao elucidar sobre a religião, ressalta a mesma como um sistema de símbolos sagrados e seus significados, relacionada à produção, ao consumo, às correlações de forças, aos territórios e aos sujeitos sociais, em suas perspectivas econômica, política e espacial. Por isso, o território se imbrica nessa dinâmica, sobretudo com o advento do catolicismo no Brasil, em que as Instituições Católicas vêm conservando uma unidade político-espacial. O território retrata, além da dimensão política, um evidente caráter cultural, essencialmente quando os agentes sociais são oriundos de segmentos étnicos, religiosos ou de outras identidades (ROSENDAHL, 2005, p. 12933).

Nesse sentido, parte-se do pensamento de que o movimento religioso não seria somente um resultado ao processo de secularização que se difundiu por uma sociedade que se modernizou e se urbanizou, subsumindo os valores morais e éticos aos interesses privados e mercantis, permutando Deus à abertura da ciência, ou seja, pela razão de cunho técnico e científico. Posto isso, as relações sociais perpassaram por comportamentos e condutas assentadas no imediato e na superficialidade dos sentimentos, sendo insensíveis aos diferentes segmentos populacionais, que se reproduzem e sobrevivem em condições subalternas (MAIA; SILVA, 2011, p. 2852).

Cabe enfatizar, ainda, que a territorialidade religiosa se remete ao agrupamento de práticas desempenhadas por instituições ou segmentos no que toca ao controle de um espaço social, onde o resultado do poder sagrado reverbera uma identidade de fé. Nesse ínterim, é através de geossímbolos que a religião de um segmento desenha traços que identificam e determinam um dado território, logo o mesmo perpetra a um caráter cultural (ROSENDAHL, 2005, p. 12934).

Na via destes detalhes, recordar-se-á sobre a historicidade do Serviço Social, no século XX, como um curso inserido em um espaço social banhado pelas matrizes profissionais vinculadas à Igreja Católica. Assim, a profissão manifestou-se como alternativa de qualificação do laicato da referida Igreja que, sob os auspícios do desenvolvimento da malha urbana, vinha expandindo sua ação caritativa à classe subalterna, com a finalidade de ampliação da prática ideológica aliada aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Buscou-se, com isso, responder ao imperativo da justiça social e da caridade, em observância à missão política do apostolado de cunho social, em virtude

do projeto de cristianização da sociedade civil organizada, cuja princípio de justificação se relaciona à Doutrina Social da Igreja (SILVA, 2007).

Em contraponto a esses fatores, a emergência das instituições e a expansão do mercado de trabalho do Serviço Social ocasionou a possibilidade de rompimento com essa herança confessional, conquistando, assim, um trabalho mais institucionalizado (SILVA, 2007).

No entanto, presencia-se, no contexto atual, com a expansão do neoconservadorismo, em especial após a década de 1990, no Brasil, a disseminação de princípios religiosos, sobretudo no “trânsito” de convertidos, tendo profissionais de Serviço Social reproduzindo, não somente para os usuários, mas no seu campo socio-ocupacional, os valores religiosos em dissonância com os marcos legais e ético-políticos da profissão. Esse ideário, como é sabido, não se coaduna com período de criticidade contra o conservadorismo, percebido no Movimento de Reconceituação (1965-1975) do corpo profissional.

Diante disso, como o trabalho e formação de assistentes sociais reverberam na contemporaneidade, tendo como parâmetro as formas de sociabilidade banhadas pelo neoconservadorismo e pela difusão de princípios religiosos, em um plano dialético com o projeto ético-político da categoria profissional?

Para Simões (2008, p. 47), precisa elencar, no que tange ao perfil profissional, as justificativas para a inserção na profissão. O primeiro pressuposto se direciona aos valores religiosos, políticos, de origem do ser social e de gênero, que estão no pilar da explicação para a escolha pelo Serviço Social. O segundo reflete a procura de ascensão social e prestígio de assistentes sociais.

Não por acaso, em uma pesquisa realizada pelo mesmo autor acerca do perfil de estudantes de Serviço Social da UFRJ, entre 1996-2004, constatou-se que os universitários possuem características bem definidas no que tange ao pertencimento religioso, participação em entidades religiosas, cívico-políticas e até mesmo voluntárias-assistenciais (SIMÕES, 2007, p. 178).

Assim, os universitários evangélicos (76,6%) são os mais participativos no âmbito religioso, acompanhados por católicos (51,1%) e espíritas (33,1%). Além de que, analisa-se que os estudantes não deixam afora os valores religiosos absorvidos por meio de suas famílias e de suas socializações, antes do momento de se inserirem na academia (SIMÕES, 2007).

Nesse fluxo de análise, consegue-se também observar a vinculação entre o pertencimento religioso e a participação política. Apenas 10% dos universitários religiosos, independente da religião que sigam, possuem alguma participação no bojo político. Cabe frisar que a porcentagem dos universitários que não “possuem religião” perpetrados em uma instituição cívico-política se direciona ao dobro do que os grupos religiosos (SIMÕES, 2007, p. 180).

Outrossim, interessa-nos compreender que 85% dos estudantes religiosos, num

tempo dos 10 anos explorados, a religião e o “espírito voluntário” são predominantes em face à política. É nesta vertente que eles se debruçam, mesmo que seus debates sejam atravessados por categorias, chavões ou noções de cunho político. Nesse ângulo, a perspectiva de “ser cidadão”, de cidadania, de acato às autoridades etc. são perpassados, na maioria, por um senso cívico-religioso e não cívico-político (SIMÕES, 2007).

Ressalta-se, que os fundamentos morais, no tocante à ação social de universitários, direciona-se, essencialmente, à formação de caráter cristã, que os estudantes absorveram em suas socializações primárias (SIMÕES, 2007, p. 188). O autor ainda expressa:

O ethos profissional relaciona, assim, gênero (feminino), religião e voluntariado. Se a maioria dos alunos está afinada com este ethos, deve-se considerar também que, no interior da profissão e entre os alunos, não deixa de existir um grupo minoritário “sem religião”. Este grupo é caracterizado por ter vínculos mais fortes com a política e maior engajamento nas relações associativas de cunho cívico-político do que os demais, embora compartilhem, em alguma medida, de valores religiosos (SIMÕES, 2007).

Portanto, afirma-se, através da pesquisa feita por Simões (2007, p. 187), que existe uma predominância de universitários religiosos no curso de Serviço Social, chegando a 88,9%, e que muitos deles, 62,4%, têm participação nas instituições mencionadas. Sendo que a maior participação ocorre no bojo religioso (49%), acompanhado do trabalho voluntário (36%) e do âmbito cívico-político (11,5%) (SIMÕES, 2007).

Contabilizando a problematização em tela, Simões (2009, p. 118), em outra pesquisa feita com estudantes de Serviço Social no Rio de Janeiro, demonstrou que tanto em 1999 como em 2006-2007 existiam cinco justificativas centrais para o ingresso no curso mencionado, tais como a adequação às aptidões pessoais, totalizando 46,5% de universitários; a vontade de ajudar as pessoas, chegando a 13%; indicação de outrem da área, em 8%; pouca concorrência no vestibular, atingindo 5%; por último, o mercado de trabalho, em 5%.

Vale mencionar que o curso de Serviço Social é viável para os segmentos sociais que o procura: predominantemente marcado pelo recorte de gênero feminino, religioso e de baixo status social. O Serviço Social transforma-se, assim, numa manifestação de ambições e dos valores do corpo profissional, sobretudo, da utopia viável para o grupo social que o engloba (SIMÕES, 2009).

Se insere à discussão a perspectiva de gênero, uma vez que Santana e Matos (2015, p. 48) identificam que a mulher, na esfera privada de sua vida, opera, historicamente, com várias tarefas como: cuidar, educar e organizar. Assim, esse cenário desencadeia influência na vida particular e profissional, ou seja, na esfera pública, tendo em vista que essas ações auxiliam para a tomada de decisão para planejamentos futuros.

Conectado com essa concepção, segundo o CFESS (2005), a categoria profissional de Serviço Social possui 97% em seu quadro de mulheres. Sendo assim, além das atribuições conhecidas como “femininas” que integram o perfil do curso de Serviço Social, a formação política dessas profissionais não se manifesta em uma participação concreta

em entidades de caráter cívico-político (SIMÕES, 2007).

O fato talvez resida no debate de que profissões reconhecidas como femininas estão relacionadas aos valores humanitário-religiosos que se vinculam às tarefas na esfera privada da vida feminina, como o cuidado, o altruísmo, a educação, entre outros elementos (SANTANA; MATOS, 2015).

Tais processos podem ser averiguados através da pesquisa realizada pelas mesmas autoras com profissionais de Serviço Social em Aracaju/SE (2009). Nesse intento, as assistentes sociais relataram que o serviço social é tido como um curso de ajuda, auxílio e trabalho em obras sociais, numa dimensão caritativa e assistencialista para a camada subalterna, chegando a 86% das entrevistadas. Essa realidade não se coaduna com 4% do grupo minoritário que abordou o mercado de trabalho, como também os 10% que não buscaram o conceito (SANTANA; MATOS, 2015).

Seguindo-se nessa investigação, a socialização religiosa das profissionais foi verificada nas frequências, de forma semanal, em 34%, e mensal, 26%, à Igreja, somente 13% só vão ao mesmo lugar para eventos. É imprescindível pontuar que essa socialização religiosa é oriunda desde a vida jovem e infantil, com as idas ao catecismo, missas, grupos formados por adolescentes, instituições de cunho religioso etc. Quando indagadas(os) sobre a religião, 69% afirmaram que são católicas(os), 10% são protestantes, 4% espíritas e seguidos pelos evangélico (cada). Além disso, assinala que a educação religiosa é um fator relevante na origem das famílias das entrevistadas, demonstrando uma totalidade de 87% (SANTANA; MATOS, 2015).

A pesquisadora Dutra (2015) também desempenhou outro estudo com assistentes sociais no Norte do Paraná, em 2012. Constatou, acerca da frequência em práticas religiosas, que 45% relataram ir uma vez por semana, 23% frequentam ocasionalmente, 24% frequentam mais de um dia por semana e 18% visitam com intervalos mais altos no tocante a um mês. Destaca-se que, 68% vão à Igreja desde a fase da infância e 32% operam em ações ofertadas pela Igreja. Sobre a questão de haver no espaço socio-ocupacional a presença de símbolos religiosos, 44% afirmaram, porquanto 56% relatam que não. Foi indagado, ainda, quais objetos eram presentes e 35% direcionaram-se à bíblia, 17% a calendários com imagens religiosas, 12% identificaram a cruz. Também indicaram altar e imagens, em 12%, acompanhados de livros de cunho religioso em 6% (DUTRA, 2015).

Pelas lentes desse diálogo, a referida autora também investigou se os entrevistados faziam alguma relação entre o âmbito da religião e os impasses sociais os quais atravessam o trabalho profissional todo dia. Na sua totalidade, a resposta foi afirmativa. Estas se redimensionam a culpabilização dos sujeitos sociais por não acompanharem alguma religião, ocasionando as implicações sociais apresentadas e a vontade divina como justificativa às condições mencionadas (DUTRA, 2015, p. 08).

Surpreendentemente, os entrevistados nessa pesquisa relataram que fazem orações

para os usuários dos serviços socioassistenciais de maneira particularizada, mais ainda de dar o “encaminhamento” com a finalidade de que o usuário ore e siga alguma religião e/ou instituição (DUTRA, 2015).

Ademais, salienta-se que os profissionais de Serviço Social têm procurado cotidianamente uma orientação para o seu trabalho em relação à religião. Dessa forma, isso tem se expressado nas orações antes de começar o trabalho profissional, nas leituras de caráter bíblica e entre outros elementos existentes no campo, como os símbolos religiosos. A pesquisa demonstrou, ainda, que a imagem socialmente atribuída da profissão – como caridade e ajuda feita nas instituições religiosas –, foi, entre outros motivos, a escolha do curso superior dos entrevistados (DUTRA, 2015, p. 10).

Compondo ainda o debate, Simões (2008, p. 51) acrescenta que, na ação de assistentes sociais, há um contrato social acordado entre o usuário e assistente, existe junto uma ação tutelar. Desse modo, os profissionais de Serviço Social, e até se referindo aos agentes sociais responsáveis pela política de Assistência Social, ao trabalharem na procura de defesa dos direitos de seus usuários, podem desempenhar, também, uma proteção, assegurando a figura de “pai” ou de “mãe” (SIMÕES, 2008, p. 51).

Por esse prisma, será que os universitários e assistentes sociais portadores de valores religiosos se sentem representados com os marcos legais da profissão, no que corresponde ao projeto ético-político, Código de Ética Profissional de Serviço Social (1993), Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)?

Refletindo sobre isso, Netto (1999, p. 04) pontua que os projetos profissionais são constituídos por um sujeito coletivo, no que toca ao corpo ou categoria, que não incorpora somente os profissionais de Serviço Social de campo ou de prática. Porém, precisa ser compreendido como um conjunto de atores sociais que dão materialidade à profissão. Elenca-se, nesse contexto, os profissionais, instituições, entidades político-organizativas – CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO –, estudantes de Serviço Social, pesquisadores, professores e sindicatos.

É bom que se recorde que o projeto profissional é produto de uma construção derivada de um universo heterogêneo, tendo em vista que os sujeitos sociais que o compõem são divergentes nas origens, condições, posições, esperanças, intelectos, condutas e preferências quanto à teoria, ideologia e política, dentre outros (NETTO, 1999, p. 05).

Nessa perspectiva de diferentes pensamentos e disputas de discursos para a constituição do projeto profissional, não é viável a existência de colocações e práticas revestidas de uma certa moralidade religiosa¹. Para que, desse modo, haja o respeito

1. Deixa-se claro que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, há a liberdade religiosa e laicidade do Estado. Dessa forma, cada sujeito social pode se direcionar para a religião desejada. A defesa deste trabalho se vincula ao momento em que a religião se impõe sobre o trabalho profissional e aos princípios ético-políticos. Nesse construto, compreende-se que a escolha por uma religião pertence à esfera privada da vida, o que significa que os sujeitos não devem impor suas crenças

ao projeto ético-político profissional e sua direção social, sobretudo para a democracia, socialização de direitos e informação, cidadania e justiça social para a classe trabalhadora, como já pensaram a Barroco e Terra (2012).

Nessa contribuição de pensamento, Barroco (2011, p. 212) expressa que “a atualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo teórico e técnico e pela fragilização de uma consciência crítica [...]”.

Conforme argumenta Abreu (2011, p. 135), os princípios fundamentais do trabalho de assistentes sociais devem se repousar numa pedagogia emancipatória das classes sociais, porquanto a socialização de informações do referido profissional interfira na subjetividade de seus usuários, no quesito de constituição de uma nova cultura, que ultrapasse o conformismo presente numa sociedade dividida em classes.

Vis-à-vis, Barroco e Terra (2012) apregoam sobre a relevância de assistentes sociais materializarem os princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social, essencialmente nos princípios mais relevantes no presente debate:

VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. [...]. XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/da, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BARROCO; TERRA, 2012).

Com vistas ao alcance de tais conquistas árduas do corpo profissional de assistentes sociais, como a construção de um Código de Ética (último em 1993), a Lei de Regulamentação (8.662/93), Congressos e entidades político-organizativas engajadas na luta em prol da democracia, diante de um cenário banhado pelo avanço do neoconservador e neoliberal, ressalta-se, como bem advoga Netto (1999, p. 09-10), a denúncia da categoria profissional contra o conservadorismo arraigado no Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação ancorado na teoria social crítica de Marx.

Como se observa, a cultura profissional colide em contraposição à hegemonia política, tendo em vista que a mesma busca direcionar as ações estratégicas da profissão. Desse modo, o enfrentamento contra o conservadorismo, para ter um maior aproveitamento, necessita de profissionais ousados, nos sentidos cívico e intelectual, para estarem à frente dos debates e impasses sócio-político (NETTO, 1996).

Nessas análises, Faleiros (1985) destaca a importância de profissionais de Serviço Social em manter a capacitação atualizada e permanente para analisar e problematizar o espaço institucional e sua autonomia, inserida numa correlação de forças. Acrescenta-se a ambição profissional em saber propor alternativas e estratégias de trabalho, sem cair no pragmatismo e na cotidianidade.

e valores religiosos na esfera pública (Ver: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de jun. 2019).

Perante aos elementos demonstrados, é relevante a participação de assistentes sociais e estudantes em espaços públicos para problematização, debates e discussão sobre os perfis e práticas de profissionais de Serviço Social, considerando os moralismos religiosos e culturais envoltos no cotidiano. Além disso, o trabalho profissional precisa se alinhar tanto à dimensão ético-política, como técnico-operativa e teórico-metodológica, com a finalidade de intervenções qualificadas, bem como a sua articulação com os atores sociais – movimentos sociais, da categoria profissional e usuários.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, com a intensificação da modernidade e das mudanças na conjuntura do país, alteraram-se as relações sociais, crenças e culturas dos indivíduos. Ocorreu um movimento de convertidos pelo prisma religioso, com o aumento de seguidores pentecostais e evangélicos, apostando que é na religião que iriam encontrar auxílio e segurança frente aos rebatimentos do capital.

No entanto, considera-se que o espaço social possui conflitos e a busca pelo poder coaduna com a dominação e o moralismo religioso que incide nos seus seguidores. Essa variável assinalada pode perfazer a continuidade do conservadorismo e dos princípios religiosos no Serviço Social. Todavia, pontua-se que os sujeitos sociais não seguem de forma cega uma religião, já que possuem liberdade nas suas decisões.

Dos fatores que foram recortados, é necessário esboçar os principais: a) o neoconservadorismo favorece a consolidação de valores e normas comportamentais associados à tradicional ideologia patriarcal; b) os dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas passam a se constituir em potenciais obstáculos à materialização da vertente teórico-metodológica marxista na formação e profissão de assistentes sociais através dos anos de 1980 e inspiradora do Projeto Ético-Político em curso da categoria; c) as variáveis de classe, raça-etnia, gênero, religião e política precisam ser fomentadas na reflexão da formação e trabalho de assistentes sociais, enquanto questões atravessadas pela ideologia individualizante, conservadora e fundamentalista, que interfere também no Serviço Social, comprometendo a direção social e política do corpo profissional.

Diante disso, até qual ponto os princípios religiosos persistem em continuar em disputa com os princípios ético-políticos da profissão? Tendo em vista que os sujeitos sociais, através da socialização primária e secundária, carregam consigo o moralismo religioso, numa subjetividade de cunho individualista?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de jun. 2019.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e o movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. In: **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. – 4 . ed. – São Paulo: Cortez, p. 128-163, 2011.

BARROCO, M. L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. CFESS, Brasília, maio 2005.

DUTRA, Patrícia Vicente. A Presença da Religião no Exercício Profissional de Assistentes Sociais. In: **Anais do I Congresso Internacional da Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, II Seminário de Território e Gestão de Políticas Sociais e I Congresso de Direito a Cidade e Justiça Ambiental**. Londrina (PR), p. 01-12, jun. 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, p. 29-56, 1985.

MAIA, Tatiane Simões; SILVA, Claudia Neves da. **Religião e Religiosidade na Contemporaneidade: um Tema de Investigação para a História das Religiões e Religiosidades (Apresentação de Trabalho/Congresso)**, p. 2850-2858, 2011.

NERIS, Wheriston Silva. **Bourdieu e a Religião: aportes para (re)discussão do conceito de campo religioso**. In: X Simpósio da ABHR. Assis/SP, v. X., p. 01-17, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, p. 01-22. 1999.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n ° 50, ano XVII, p. 87-132, abril. 1996.

PORTELLA, Rodrigo. Discurso Religioso, Legitimidade e Poder: algumas considerações a partir de Bourdieu, Foucault, e Heller. **Fragmentos e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, p. 567-576, jul./ago. 2006.

ROSENDAHL, Zeny. Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da Religião. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina: Universidade de São Paulo**, p. 12928-12942, 2005.

SANTANA, Anabela Maurício de; MATOS, Cândida Margarida Oliveira. A Influência da Socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, Aracaju (SE), n. 4, n.1, p. 44-53, out. 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contextualizando o Serviço Social no Processo Histórico Brasileiro. In: **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 4. ed., p. 23-64, 2007.

SIMÕES, Pedro. Por que Estudar o perfil profissional? **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 45-61, 2008.

_____. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, 27(1): 175-192, 2007.

_____. Base de Valores. **Gênero, origem social e religião: os estudantes de serviço social do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, p. 87-123, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 95, 96, 97, 142, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Apoio 6, 16, 21, 26, 28, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 111, 114, 119, 120, 122, 141, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 182, 183, 188, 191

Assistência Estudantil 72, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Assistente Social 2, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 36, 37, 46, 56, 62, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 103, 104, 109, 114, 123, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 178, 179, 184, 191

Autocracia Burguesa 47, 48, 49, 50, 52, 53

C

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 27, 33, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 88, 103, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 138, 141, 165

Capitalismo 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 21, 27, 48, 49, 92, 104, 111, 133

Capitalista 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 34, 48, 49, 53, 66, 69, 76, 104, 105, 112, 131, 132, 141, 155, 159, 172

Conservadorismo 8, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36, 40, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 81, 88, 115, 116, 149

Cultura 17, 28, 44, 46, 63, 64, 66, 93, 94, 95, 100, 103, 119, 120, 124, 138, 148, 153, 160, 182

D

Deficiência 30, 83, 119, 154, 158, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 189, 190

Diário de Campo 80, 87, 88

Dimensão 8, 10, 17, 26, 36, 37, 39, 42, 45, 59, 60, 66, 80, 84, 87, 91, 101, 107, 120, 128, 151, 159, 162, 171

Dimensões 3, 8, 10, 53, 80, 81, 83, 84, 86, 134, 135, 142, 148, 149, 159, 160, 174

Direito 26, 32, 35, 46, 63, 95, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 137, 146, 154, 158, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 189

Direitos 4, 6, 8, 9, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 65, 77, 78, 79, 88, 89, 93, 115, 119, 121, 126, 128, 129, 134, 138, 146, 148, 150, 154, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191

E

Educação 5, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 72, 73, 78, 79, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 145, 153, 158, 162, 165, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

ENESSO 19, 43, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116

Ensino 23, 31, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 136, 156, 158, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 43, 48, 49, 50, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 88, 91, 95, 99, 113, 119, 121, 133, 135, 136, 138, 141, 142, 149, 158, 165, 166

Estágio 3, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Estudantil 72, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Ética 9, 18, 20, 22, 35, 43, 44, 46, 48, 55, 56, 57, 78, 82, 84, 91, 92, 110, 114, 144, 148, 151, 165

Ético-Política 18, 19, 36, 37, 45, 69, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 105, 109, 113, 114, 148, 159

F

Família 15, 95, 147, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 176

Formação 2, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 28, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 173, 178, 182, 188

G

Gramsci 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79

Gramsciana 61, 62, 64, 66

Grupo 7, 23, 38, 41, 42, 54, 74, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 108, 126, 134, 136, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 176, 177, 178

H

História 3, 10, 11, 16, 23, 26, 27, 46, 63, 67, 79, 96, 99, 106, 108, 122, 127, 131, 133, 136, 137, 150, 159, 160, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 190

I

Instrumentalidade 57, 81, 88, 103, 106, 107, 108, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 158, 162

M

MESS 109, 110, 113, 114

Movimento 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 26, 31, 32, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 62, 63, 64, 81, 85, 88, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 128, 134, 142, 160, 162, 173, 174

N

Narrativa 171, 173, 174, 175, 176, 178

Neonatal 164, 165, 166, 167, 169, 170

O

Óbito 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

P

PCD 171, 172

Pesquisa 1, 2, 19, 23, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 69, 73, 74, 76, 79, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 131, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 156, 160, 161, 170, 172, 175, 178, 180, 182, 187, 188, 191

Pnaes 119, 120, 122, 128, 129, 184, 189

Política Pública 128, 154, 158, 179

Política Social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 36, 46, 50, 66, 80, 89, 97, 129, 142, 150, 162, 191

Políticas Públicas 16, 30, 34, 96, 102, 113, 128, 129, 142, 146, 154, 165, 169, 172, 173, 191

População 4, 5, 15, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 59, 61, 62, 87, 94, 95, 99, 115, 120, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 172, 180

Profissão 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 95, 103, 104, 107, 114, 116, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 159, 160, 162, 167, 172

Profissional 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 191

Projeto Ético Político 12, 18, 21, 22, 55, 97, 166

Q

Questão Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 20, 22, 35, 50, 51, 61, 66, 67, 78, 90, 92, 93, 95, 104, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 144, 159, 160, 162, 172

R

Religiosa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 105

Renovação 17, 22, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 65, 68, 69

S

Saúde 5, 11, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 46, 66, 72, 80, 88, 92, 93, 96, 97, 108, 119, 120, 124, 130, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 174, 177, 180, 191

Serviço Social 12, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

SUS 31, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 165, 166

T

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 116, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 187, 188, 189

U

UPA 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020